

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

## ÍNDICE

Processo De Independência E Organização Do Estado Monárquico Brasileiro .....	2
Antecedentes Da Independência Do Brasil.....	2
Movimentos De Libertação .....	2
Aclamação De Amador Bueno (1641) .....	2
Revolta Dos Beckman(1684-1685).....	2
Guerra Dos Emboabas (1707-1709) .....	2
Guerras Dos Mascates (1710-1711) .....	3
Revolta De Filipe Dos Santos Ou De Vila Rica(1720).....	3
Inconfidência Mineira(1789) .....	3
Repressão Em Minas Gerais.....	4
Inconfidência Baiana (1798).....	5
Revolução Pernambucana De 1817.....	5
Família Real No Brasil.....	5
Tratados.....	6
Modernização Do Brasil .....	6
Arte No Brasil No Século Xix.....	6
Revolução Do Porto (1820) .....	6
Regência De Dom Pedro(1821-1822) .....	7
Primeiro Império(1822-1831).....	7
Primeira Constituição Do Brasil .....	7
Confederação Do Equador .....	8
Abdicação De Dom Pedro I.....	8
Período Regencial .....	8
Conflitos Político-Partidários .....	9
Situação Social E Econômica No Norte E Nordeste.....	9
Regências Trinas .....	9
Regências Unas.....	10
Revoltas Regenciais.....	10
POLÍTICA DO REGRESSO.....	12

# Processo De Independência E Organização Do Estado Monárquico Brasileiro

## Antecedentes Da Independência Do Brasil

Inserir-se nos quadros das transformações do capitalismo europeu, para o qual aquela política mercantilista era um entrave ao seu desenvolvimento. No século XVIII.

A Revolução Industrial exigia uma ampliação das fronteiras comerciais, o que significava a eliminação do pacto colonial e de todas as práticas econômicas dele decorrentes: monopólio, companhias de comércio, estancos etc.

Até chegar o rompimento dos laços entre Brasil e Portugal, em 7 de setembro de 1822, várias tentativas de emancipação ou de contestação à política colonialista foram organizadas.

## Movimentos De Libertação

Movimentos que antecederam o 7 de setembro: as revoltas nativistas que buscaram apenas a liberdade econômica, tais como a Aclamação de Amador Bueno, a Revolta dos Irmãos Beckman, a Revolta de Filipe dos Santos, a Guerra dos Emboabas e a Guerra dos Mascates.

### Aclamação De Amador Bueno (1641)

No século XVII, o preamento de índios constituía-se numa atividade rentável ao fornecer mão de obra para os proprietários da capitania de São Vicente, mas os padres jesuítas reagiram contra a escravização do ameríndio e os conflitos entre colonos e padres jesuítas tornaram-se inevitáveis.

Reagindo às medidas metropolitanas contra a escravização indígena e na tentativa de expulsar os padres jesuítas, os vicentinos aclamaram Amador Bueno Rei de São Paulo, que não aceitou o título, decretando o fracasso do movimento.

### Revolta Dos Beckman(1684-1685)

A falta de mão de obra no Maranhão levou os colonos a escravizarem as populações indígenas entrando em conflito com os padres jesuítas, principalmente o padre Antônio Vieira.

A coroa portuguesa criou a Companhia de Comércio do Maranhão, que tinha o controle do comércio na região, fornecendo escravos e produtos europeus e adquirindo a produção da região para exportar para a Europa.

A Companhia não conseguia fornecer escravos em número suficiente para a região e as mercadorias para o comércio local não eram de boa qualidade.

Liderados por Manuel e Tomás Beckman, os colonos expulsaram os jesuítas da região e fizeram um levante contra o monopólio do comércio pela companhia.

Os resultados foram a extinção da Companhia de Comércio do Maranhão e em seu lugar veio a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a prisão e execução de dois de seus líderes Manuel Beckman e Jorge Sampaio.

### Guerra Dos Emboabas (1707-1709)

Com a descoberta de ouro pelos bandeirantes paulistas, ocorreu um fluxo populacional para a região de Minas Gerais. Esses forasteiros eram chamados de emboabas – pés recobertos de penas ou plumas - pelos paulistas.

Conflitos entre paulistas e recém-chegados, pela posse e exploração das minas, levou à guerra dos emboabas com a derrota dos paulistas que foram expulsos da região e foram em busca de novas minas, aumentando, assim, a área mineradora.

## Guerras Dos Mascates (1710-1711)

Confronto de produtores e comerciantes de açúcar da região de Olinda contra Recife, estes chamados mascates e aqueles de pés-rapados.

Durante a dominação holandesa (1630-1654), os senhores de engenho perderam o controle do comércio do açúcar para os comerciantes ligados ao mercado europeu, uma situação que se agravou com a expulsão dos invasores, que passaram a concorrer com o nosso açúcar produzindo o produto nas Antilhas.

Essa situação levou os produtores brasileiros a recorrer a empréstimos junto aos comerciantes de Recife. A consequência imediata foi o enriquecimento dos comerciantes e o endividamento dos produtores.

Apesar de Recife ter o poder econômico, Olinda continuava a ser a sede do poder político local e do Bispaço, o que aumentava ainda mais a rivalidade entre senhores de terras e comerciantes.

Os Mascates de Recife passaram a reivindicar mais poder político e a sua elevação à condição de Vila, mas os produtores eram brasileiros enquanto os comerciantes eram portugueses.

O estopim do conflito armado foi a elevação de Recife à Vila em 1710.

Os senhores de engenho reagiram invadindo a cidade do Recife, mas a chegada do novo governador, em 1711, que se mostrou favorável aos comerciantes recifenses, pôs fim ao conflito e confirmou a elevação de Recife à vila e capital.

## Revolta De Filipe Dos Santos Ou De Vila Rica(1720)

Organizado pelo minerador Filipe dos Santos foi uma resposta à política de arrocho colonial empreendida pela metrópole sobre a região das minas.

A coroa portuguesa aumentou o controle e a taxaço sobre a exploração aurífera.

Em 1719, por exemplo, criaram as Casas de Fundição, com o nítido objetivo de assegurar a cobrança do quinto real, pois todo o ouro extraído deveria ser entregue a essas casas para ser fundido e selado.

A circulação de ouro em pó ou pepitas tornou-se um crime contra o estado.

O governador dom Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar, desferiu uma ação repressiva violenta ao movimento e seu líder Filipe dos Santos foi enforcado e teve seu corpo esquartejado e pendurado nos postes de Vila Rica.

Para evitar novos conflitos, o governo português adiou o funcionamento das Casas de Fundição por cinco anos e desmembrou minas gerais de São Paulo, em 1720.

E entre os que almejavam a independência do Brasil, influenciados pelas Ideias Iluministas, pela Revolução Francesa e pela Independência dos Estados Unidos temos a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana e a Revolução Pernambucana de 1817.

## Inconfidência Mineira(1789)

**ERRATA NO QUADRO A DATA ENCONTRA-SE TROCADA, NO LUGAR DE 1798, LEIA-SE 1789!**

No século XVIII diante dos excessivos gastos da corte e para reorganizar a economia metropolitana aumentaram-se as pressões metropolitanas sobre a economia colonial.

Durante o governo do Marquês de Pombal (1750-1777), criaram-se empresas monopolistas e um aumento dos monopólios, aumento de impostos e a criação de novos e a proibição de determinadas

atividades econômicas como o Alvará de 1785 feito por dona Maria I (1777-1816) que proibia a instalação de indústrias no Brasil.

Essa pressão coincidia com certo desenvolvimento da economia colonial, como por exemplo: integração territorial iniciada com a exploração de ouro na região das Minas; o Rio Grande do Sul no fornecimento de gado, couro e de alimentos, como cebola e trigo; na capitania de São Paulo, a produção agrícola diversificou-se, transformando-a no principal fornecedor para as regiões mineradoras de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; o Rio de Janeiro tornou-se o principal núcleo urbano da colônia, sendo a porta de entrada para a região das Minas. Tanto que em 1763 foi elevado à condição de capital do Brasil.

Centros têxteis na segunda metade do século XVIII: um no Pará, que recebeu apoio do próprio governo do Marquês de Pombal, e outro em Minas Gerais, que se desenvolveu com a queda na extração do ouro, pois muitos proprietários passaram a investir na plantação de algodão e teares.

Em 1765, o governo autorizou a exploração de ferro, chumbo e estanho por Domingos Ferreira Pereira, que chegou a montar uma pequena siderúrgica. Essa atividade siderúrgica funcionou até o final do século XVIII, produzindo balas de canhão e cunhas para o governo e mineradores.

## Repressão Em Minas Gerais

O novo governador, Luís da Cunha Meneses, em 1783, mandou prender e espancar todos os tecelões para fazer cumprir o Alvará de 1785 de dona Maria I e em 1788, para completar a cota de impostos sobre o ouro, anunciou a derrama, que consistia no confisco dos pertences dos colonos.

Essa pressão por parte da metrópole levou a elite da região de Minas Gerais, influenciada pelas ideias iluministas, a pensar na independência do Brasil.

Os boatos sobre a derrama produziram o elemento que faltava para a decisão e os membros da elite tornaram-se conspiradores.

No ano de 1788 se preparava o levante contra Portugal e a derrama deveria ser cobrada no primeiro semestre de 1789, data marcada para dar início ao movimento de libertação do Brasil.

O projeto político dos inconfidentes era o de estabelecer uma república após a independência, criar uma capital em São João del Rey, uma universidade em Vila Rica e implantar uma nova ordem econômica mediante a instalação de indústrias e até mesmo uma bandeira, com fundo branco e um triângulo verde ao centro, tendo a sua volta, em latim, o lema “liberdade ainda que tardia”, foi idealizada para o movimento.

Com a denúncia de Joaquim Silvério dos Reis, o governador de Minas Gerais, dom Luís Antônio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, suspendeu a cobrança da derrama desarticulando todo o movimento.

Após dois meses ordenou a prisão de Tiradentes e a partir de 21 de maio foram presos Tomás Antônio Gonzaga, Domingos Abreu Vieira, o Padre Lopes de Oliveira, Inácio José de Alvarenga Peixoto, o Padre Carlos Correia de Toledo, o tenente-coronel Freire de Andrade, Cláudio Manuel da Costa e o Padre Oliveira Rolim.

Após três anos, 35 pessoas foram condenadas por crime de lesa-majestade, ou seja, contra o estado. Onze acusados foram condenados à morte por enforcamento. Desses, somente um foi executado, em 21 de abril de 1792: o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Os demais receberam o perdão real da rainha dona Maria I, a louca, que os condenou ao degredo perpétuo com mais cinco réus.

## Inconfidência Baiana (1798)

Também chamada de Conjuração dos Alfaiates ocorreu na Bahia e diferente do movimento ocorrido em Minas Gerais este apresentava uma composição mais popular. Dos 34 inconfidentes indiciados, 23 eram mulatos ou negros escravos ou alforriados, os demais eram soldados ou artesãos.

A Inconfidência Mineira queria apenas uma ruptura política entre metrópole e colônia. Os baianos propunham o fim da escravidão e dos privilégios, a igualdade de raça e cor. Inicialmente restrita à elite, que organizou uma sociedade secreta, os “cavaleiros da luz”.

→ Principais participantes – Cipriano Barata, tenente Pantoja e o Padre Agostinho Gomes.

O movimento passou rapidamente à liderança dos mulatos, entre eles João de Deus Nascimento e Manuel Faustino dos Santos.

Em 12 de agosto de 1798, apareceram, em Salvador, panfletos e boletins anunciando novos tempos e propondo a independência e a implantação de uma república nos moldes da república jacobina francesa (1793-1794), a modificação do sistema tributário, a abolição da escravatura, liberdade de comércio e a representação popular.

Os líderes chegaram a enviar uma carta ao governador da capitania, convidando-o a aderir ao movimento e a resposta não poderia ser outra: a repressão. O soldado Luís Gonzaga das Virgens foi preso e submetido a torturas. Para libertá-lo, João de Deus organizou um ataque à prisão, usando os mulatos da cidade, soldados e novos adeptos de última hora. Isso acabou comprometendo o movimento. Os principais líderes, João de Deus, Manuel Faustino, Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas, foram presos e enforcados, enquanto outros 28 indiciados foram condenados ao degredo ou à prisão.

## Revolução Pernambucana De 1817

Os privilégios assegurados aos portugueses que acompanharam a família real e a crise econômica que vitimava o nordeste foram responsáveis pela insurreição de 1817, em Pernambuco.

A queda no preço do algodão e do açúcar e a seca que assolava o nordeste desde 1816 gerou um endividamento dos proprietários junto aos comerciantes portugueses.

Organizado por ricos intelectuais maçons, clérigos (como frei Caneca, padres Muniz Tavares, João Ribeiro e Joaquim d’Almeida Castro) e militares, o movimento pernambucano proclamou a independência e a organização de uma república.

Os revoltosos, além de expandirem o movimento para outras províncias da região, como Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, buscaram o reconhecimento externo, enviando representantes para os Estados Unidos, Argentina e Inglaterra.

Ocorreram vários confrontos entre as forças legalistas e os emancipacionistas pernambucanos até maio de 1817, quando o movimento foi sufocado e a autoridade real imposta na região.

## Família Real No Brasil

Dom João, acompanhado de 15 mil pessoas, em novembro de 1807, deixou Portugal em navios ingleses.

Em 22 de janeiro de 1808, chegaram à Bahia, deslocando-se para o Rio de Janeiro, a capital do Brasil, em março de 1808.

A presença da corte portuguesa alterou profundamente a vida político-econômica e o cotidiano do Brasil colônia.

O Brasil passa a ser sede do governo português e em 28 de janeiro, aconselhado por José da Silva

Lisboa, dom João proclamou a abertura dos portos a todas as nações amigas. Findava dessa forma o pacto colonial.

Para a Inglaterra esse ato representava uma saída para o bloqueio continental.

Outras medidas: revogação do alvará de 1785, que proibia a instalação de manufaturas no Brasil e a assinatura de Acordos de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação com a Inglaterra, além da criação do Banco do Brasil.

## Tratados

Os acordos assinados em 1810 concediam aos ingleses tarifas alfandegárias preferenciais.

Para os produtos ingleses pagava-se uma taxa de importação de 15%, enquanto para os produtos oriundos de Portugal essa taxa elevava-se a 16% e para os de outras nações pulava para 24%, o que contribuiu para sufocar o surto industrial brasileiro iniciado com a revogação do alvará de 1785. Uma outra cláusula firmada entre as duas nações, era a da abolição do tráfico de escravos africanos por Portugal, o que afetava a economia brasileira, cuja produção estava assentada na mão de obra escrava.

## Modernização Do Brasil

A inversão brasileira, que consistiu na implantação de todos os órgãos do estado português no Brasil.

Foram criadas a Biblioteca Real, a Academia de Belas-Artes, a Imprensa Régia, o Teatro Real de São João, a Academia Militar, o Jardim Botânico.

Com a realização do Congresso de Viena (1815), após a queda de Napoleão Bonaparte, o Brasil deixou de ser colônia, sendo elevado à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

→ Política externa de dom João no Brasil – a anexação ao Brasil da Guiana Francesa, em 1809, como resposta à invasão de Portugal, e a invasão em 1816 e incorporação em 1821 do Uruguai, como Província da Cisplatina.

As artes plásticas brasileiras moldadas segundo os modelos europeus, principalmente franceses, devido à vinda de uma missão artística francesa, em 1816, a convite de dom João.

## Arte No Brasil No Século XIX

Com a chegada da “Missão Francesa” em 1816, liderada por Lebreton, inicia-se, no Brasil, o período neoclássico. Temos entre os principais artistas os pintores Debret e Taunay e o arquiteto Gradjean de Montigny, responsável por projetar a Academia Imperial de Belas Artes em 1826.

Debret foi um dos mais importantes “retratistas” do cotidiano e dos costumes dos índios, dos escravos, das pessoas do Rio de Janeiro e vários retratos da Família Real.

Johann-Moritz Rugendas esteve no Brasil entre 1821 e 1825, contratado como desenhista da expedição Langsdorff, da sua estada no Brasil resultou o livro Viagem Pitoresca através do Brasil, que expõe a natureza mais documental de suas obras, em particular dos desenhos que produziu.

## Revolução Do Porto (1820)

O rei estava na colônia, que se tornara sede do governo, e o reino era governado por uma junta governativa inglesa.

Influenciada por ideias iluministas, em 1820, na cidade do Porto, em Portugal, estourou uma revolução de caráter liberal, convocando as cortes gerais extraordinárias constituintes da nação portuguesa, que exigiam imediato retorno do rei e estabelecimento de uma monarquia constitucional.



Em relação ao Brasil, exigiam o restabelecimento do pacto colonial.

O rei dom João VI decidiu pela sua permanência no Brasil, com o poder de aprovar ou vetar a constituição que estava sendo elaborada e do retorno de seu filho Pedro. Ante a presença das forças militares portuguesas estacionadas no Rio de Janeiro, o rei foi obrigado a jurar antecipadamente a constituição, modificar seu ministério e retornar com sua corte a Portugal.

Como regente do reino do Brasil, o rei deixou seu filho Pedro, a quem teria dito, segundo a tradição, “Pedro, se o Brasil se separar de Portugal, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros”.

## Regência De Dom Pedro(1821-1822)

Entre abril de 1821 e setembro de 1822, as forças recolonizadoras encontraram resistência das elites brasileiras que, pouco a pouco, foram fechando o cerco em torno do príncipe, obrigando-o a romper com as cortes gerais.

Em 9 de janeiro de 1822, atendendo a um abaixo-assinado da elite brasileira, dom Pedro resolveu ficar no Brasil (Dia do Fico).

Em março, suas relações com as cortes gerais tornaram-se mais acirradas, pois baixou o decreto do Cumpra-se, estabelecendo que as ordens vindas de Portugal só entrariam em vigor com a aprovação do príncipe.

Em agosto, outro decreto estabeleceu que todas as tropas portuguesas que chegassem ao Brasil deveriam ser consideradas inimigas.

Em 7 de setembro de 1822, dom Pedro oficializou a independência do Brasil. Em dezembro foi aclamado imperador do Brasil como Pedro I.

## Primeiro Império(1822-1831)

Logo após o 7 de setembro foi marcado por lutas entre forças que buscavam assegurar a independência contra as que se mantinham fiéis a Portugal e pela disputa do poder entre o “partido” português e o “partido” brasileiro.

A independência do Brasil não representou nenhuma alteração para a grande massa da população brasileira, que ficou à margem de todo o movimento.

Na verdade, a independência foi um arranjo político das elites para garantir a manutenção do modelo agrário-exportador e escravista.

## Primeira Constituição Do Brasil

A assembleia constituinte de 1823, convocada por dom Pedro I, foi o palco de conflito entre três projetos políticos:

O “partido” português desejava a implantação de uma monarquia absolutista, o “partido” brasileiro dividia-se em duas correntes: a dos “aristocratas” almejava uma constituição que mantivesse as conquistas do período Joanino e a dos “democratas” que defendia uma maior autonomia das províncias, com a diminuição do poder executivo central.

Fechamento da assembleia constituinte em 12 de novembro de 1823 por ordem do imperador - “noite da agonia” terminou com a prisão e o desterro de vários deputados.

A constituição, outorgada pelo imperador em março de 1824 considerava o imperador “inviolável e sagrado” (artigo 99), não podendo ser responsabilizado por seus atos; concedia a cidadania aos portugueses que lutaram pela independência (artigo 6); estabeleceu o voto censitário, em que votavam somente homens livres com mais de 21 anos; direito de voto aos analfabetos desde que

tendo a renda mínima; catolicismo como a religião oficial; criou o Poder Moderador, de atribuição exclusiva do imperador.

Delegava ao Imperador direitos sobre a igreja, tais como: Padroado – permitia ao imperador nomear membros do clero e Beneplácito – aceitar ou não as decisões do Vaticano no Brasil.

Os poderes do imperador eram: nomear os senadores, que eram vitalícios; nomear ministros de estado; suspender magistrados; dissolver a câmara; amenizar ou perdoar condenações; criar um conselho de estado com funções apenas consultivas (e não de veto).

## Confederação Do Equador

O Brasil era independente, mas seus administradores eram todos portugueses, desde o imperador até ministros e senadores.

Em Pernambuco em 2 de julho de 1824, uma província empobrecida por forte crise na agricultura canavieira de exportação iniciava uma ação militar contra o autoritarismo do imperador. Essa província, foco tradicional de movimentos separatistas e republicanos, proclamou a sua independência e a organização da Confederação do Equador, tendo Pais de Andrade como seu governador.

Organizou-se um novo estado inspirado no modelo norte-americano, ou seja, uma República Representativa e Federativa.

A adesão popular amedrontou as elites agrárias que iniciaram o movimento, pois os interesses dessas camadas sociais eram opostos: a elite desejava construir um estado que lhe assegurasse a propriedade, enquanto as massas populares, ao integrarem as forças militares desse novo estado, viram a possibilidade de se expressarem politicamente.

Enfraquecidas e enfrentando duas forças de oposição, a da elite local e a do imperador, as massas populares resistiram até novembro de 1824, quando seus últimos líderes foram presos, entre eles frei Joaquim do Amor Divino Rabelo e Caneca.

## Abdicação De Dom Pedro I

Em consequência do aumento de sua impopularidade ocorreu em 7 de abril de 1831. Essa impopularidade pode ser atribuída à uma série de fatores: favorecimento dos portugueses; autoritarismo imposto mediante a criação do poder moderador; massacre dos revoltosos da Confederação do Equador em 1824; o reconhecimento da independência por Portugal em 1825, que custou ao Brasil 2 milhões de libras esterlinas; a perda da Cisplatina em 1825; renovação dos acordos de 1810 com a Inglaterra em 1827; sucessão do trono português; a falência do Banco do Brasil e a Noite das Garrafadas em março de 1831.

Além destes temos o medo da elite brasileira de que a união das duas coroas provocasse uma recolonização do Brasil, o que os leva pressionar d. Pedro a abdicar ao trono português, o que ele fez em favor de sua filha dona Maria da Glória.

O irmão do imperador, dom Miguel, tentou dar um golpe de estado e para defender os interesses da filha, dom Pedro I acabou envolvendo-se nas questões portuguesas.

## Período Regencial

Entre 1831 e 1840 o poder político foi exercido por regentes em função da menoridade do príncipe herdeiro do trono brasileiro.

Essa fase caracterizou-se por inúmeros conflitos político-partidários, que abriram espaços para os movimentos populares, que desejando reformas mais radicais, como a libertação dos escravos e a reforma agrária, contestaram a ordem aristocrática.



## Conflitos Político-Partidários

Os diferentes setores da elite brasileira passaram a disputar o poder entre si.

- Os Moderados, que formaram a sociedade defensora da liberdade e da independência nacional. Cujos líderes eram padre Diogo Antônio Feijó, Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira Vasconcelos, conhecidos popularmente como Chimangos.
- Os Exaltados, que integravam a sociedade federal, desejavam reformas mais radicais, como a abolição da escravidão e uma maior autonomia para os poderes locais.
- Os Restauradores ou Caramurus. Em torno de José Bonifácio, tutor do príncipe herdeiro. Eram formado por nobres, altos funcionários e comerciantes portugueses, que desejavam o retorno de Pedro I e, em último caso, a recolonização do Brasil.

Foram essas as facções que passaram a disputar o poder após 1831.

Com a morte de Pedro I, em setembro de 1834, essa disputa ficou restrita aos moderados e exaltados, o que permitiu às camadas populares expressarem suas reivindicações e trazer à tona as contradições da sociedade brasileira.

## Situação Social E Econômica No Norte E Nordeste

A disputa entre as facções da elite brasileira e o predomínio do latifúndio e da escravidão favorece o aparecimento de movimentos que buscavam mais autonomia provincial e propunham a implantação de uma república e o fim do trabalho escravo.

O comércio de importação e exportação, bem como o varejo, estavam sob o controle de ingleses e portugueses.

Os artesãos e as pequenas manufaturas brasileiras ressentiam-se da concorrência dos produtos europeus.

O aumento no preço dos escravos pressionado pela Inglaterra que desejava extinguir o tráfico de escravos, bem como o agravamento da condição de vida destes.

As populações sertanejas erravam pelos sertões ou se dirigiam aos centros urbanos da região.

Essa era a situação social e econômica reinante nas províncias do norte e nordeste, que proporcionou a eclosão de movimentos populares.

Dentre eles, podem-se citar a Cabanagem (1833-1836), a Guerra dos Farrapos (1835-1845), a Sabinada (1837-1838) e a Balaiada (1838-1841).

A elite só conseguiu manter o controle sobre a guerra dos farrapos.

## Regências Trinas

Formada pelo Senador Campos Vergueiro, o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e o Marquês de Caravelas, representando os moderados e os restauradores.

Algumas medidas liberais foram tomadas: reintegração do ministério dos brasileiros; diminuição do poder dos regentes – proibidos de dissolver a assembleia, conceder títulos de nobreza e de assinar tratados com o estrangeiro; anistia a presos políticos.

Em 17 de junho de 1831, Bráulio Muniz, representante do norte, e Costa Carvalho, do sul, permanecendo o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva.

Para ocupar a pasta da justiça, foi nomeado o padre Feijó, que organizou a guarda nacional criada em agosto de 1831 que eram organizadas pelos fazendeiros, que recebiam o título de coronel, essas milícias reforçaram o poder local.

Em 1832, foi aprovado o Código de Processo Penal.

Entre 1831 e 1834, o país sofreu inúmeros levantes e assistiu a tentativas de golpes.

Em 1834 foi aprovada uma reforma na Constituição, que ficou conhecida como Ato Adicional que suprimia o Conselho de Estado, mas mantinha o poder moderador, a vitaliciedade do senado e os conselhos gerais das províncias foram transformados em assembleias.

A regência Trina passou a ser Una, sendo o regente eleito por sufrágio direto, por um período de quatro anos.

## Regências Unas

Em junho de 1835, foi eleito o padre Feijó que, incapaz de conter as revoltas que se intensificaram a partir da aprovação do ato adicional de 1834, renunciou em 1837. Interinamente, assumiu o cargo Araújo Lima.

Tem início a Política do Regresso, em que medidas são tomadas no sentido de restabelecer a centralização política que predominou no Primeiro Império (1822-1831), com nítido objetivo de conter as revoltas populares que pontilhavam o território nacional e garantir a hegemonia político-econômica da elite brasileira.

A cisão da facção Moderada, em 1837, e o fato de os Exaltados e Restauradores terem sido aliados do poder redefiniram o quadro partidário.

Organizaram-se dois partidos – Liberal e Conservador –, conhecidos respectivamente como Progressista e Regressista, que se alternam no poder durante o reinado de Pedro II (1840-1889).

## Revoltas Regenciais

### → Cabanagem(1833–1836)

Ocorreu no Pará e contou com a participação de camadas populares que organizam movimentos de oposição ao poder central. Estas camadas eram compostas por escravos e uma massa de homens livres – índios e mestiços – que viviam em cabanas à beira dos rios.

Daí o motivo de se denominar o movimento de cabanagem e mesmo a repressão empreendida pelo governador Lobo de Sousa, em dezembro de 1833, não impediu novos levantes.

Novos líderes apareciam: Eduardo Angelim, os irmãos Francisco e Antônio Vinagre, Félix Antônio Malcher.

As forças legalistas dominaram apenas a capital. No interior, Angelim e Antônio Vinagre tentaram organizar uma resistência mas devido à falta de um projeto político e uma unidade em decorrência da heterogeneidade do grupo e por interesses opostos, o movimento acabou fracassando em 1836.

Outro fator que colaborou para seu fracasso foi o desembarque, na região, de uma nova expedição militar.

Em 1839, ao findar o movimento, a população da província de 100 000 habitantes estava reduzida a 40 000 e de todos os movimentos populares do período regencial, a cabanagem foi o único no qual as camadas populares conseguiram ocupar o poder, embora desorganizados.

### → Sabinada(1837-1838)

Liderado pelo cirurgião Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira que comandou um novo levante contra o poder regencial que pretendia tornar a província da Bahia independente, sob um governo republicano, até a maioria do imperador.

Ocorrido em Salvador, esse movimento foi um protesto contra a Lei Interpretativa e a prisão do

líder farroupilha Bento Gonçalves em Salvador.

Por ter sido realizado por elementos das classes médias, não foi capaz de mobilizar os setores mais pobres e tampouco ganhar a simpatia da elite local.

Mesmo tendo recebido o apoio de parte das tropas do governo, a sabinada, como ficou conhecido o movimento, foi reprimido por tropas do governo com o apoio dos proprietários do recôncavo baiano em 1838.

→ Balaiada(1838-1841)

Ocorreu no Maranhão e atingiu parte do Piauí e seu nome é uma referência a um de seus líderes: Manuel dos Anjos Ferreira, conhecido como “balaio” e foi um movimento em que as massas populares puderam se rebelar contra a sociedade latifundiária e escravocrata.

A província do Maranhão estava conturbada por disputas políticas entre Bem-te-vis e Cabanos, desde a abdicação de Pedro I, pois durante o governo de Feijó (1835-1837), os liberais, popularmente chamados de Bem-te-vis, exerceram completa autoridade sobre a província, relegando seus inimigos políticos, os cabanos, ao ostracismo e com a regência de Araújo Lima, a situação inverteu-se.

Enquanto os setores políticos se enfrentavam o vaqueiro Raimundo Gomes iniciava uma marcha pelo interior do Maranhão arregimentando desertores da guarda nacional, escravos fugidos, pequenos artesãos sem residência fixa, vaqueiros sem trabalho, assaltantes de estradas e agricultores espoliados de suas terras.

Em janeiro de 1839, Manuel dos Anjos Ferreira, o “balaio”, integrou o movimento, tendo seu grupo ocupado a vila de Caxias em julho do mesmo ano.

A repressão foi comandada pelo coronel Luís Alves Lima, que fora nomeado governador do Maranhão em 1840. Dessa forma, o futuro barão e, depois, duque de Caxias, pacificou a província.

→ Farroupilha(1835-1845)

Foi o único movimento popular do período regencial ocorrido no sul do país com a participação da elite da região que manteve o controle do início ao fim do movimento impedindo que as camadas populares pudessem apresentar suas reivindicações, além de ter sido o mais longo.

A produção de charque no sul não conseguia concorrer com a produção platina, pois o governo mantinha baixos impostos sobre o charque, couros e gado muar vindos dessa região, além de elevar os impostos nos portos nacionais.

O interesse dos fazendeiros gaúchos em escolher seu presidente de província até então nomeado pelo poder central, provocaram a eclosão dessa revolta, que ficou conhecida por Farroupilha ou Guerra dos Farrapos.

A elite gaúcha rompeu com o império dando início ao movimento em 1835 e no ano seguinte foi proclamada a República Rio-Grandense.

Comandados por Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi, em 1839, o movimento avançou sobre as terras catarinenses onde foi proclamada a República Juliana.

Embora os farrapos proclamassem “repúblicas”, não era seu desejo separar-se do Brasil. O que queriam era uma maior autonomia para a província, ou seja, federalismo.

A nomeação do barão Caxias para presidente da província em 1842 marcou o início da “pacificação” e a revolta dos farrapos findou com a anistia aos revoltosos, o fortalecimento da assembleia local e a diminuição dos impostos.

## POLÍTICA DO REGRESSO

Diante da ameaça da fragmentação territorial do Império e da perda do poder frente aos levantes populares, os conservadores procuraram minimizar os conflitos internos mediante a aprovação da Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1837 que, na regência de Araújo Lima, revogava alguns aspectos do Ato Adicional de 1834, tais como: diminuía a autonomia das províncias e submetia a Guarda Nacional ao poder do Estado. Lei Interpretativa foi um dos principais motivos das revoltas que surgiram de 1840 a 1848, deu início ao descontentamento do povo e de alguns políticos, devido à diminuição da autonomia das províncias.

Os liberais a fim de impedir a aprovação dessa lei, desencadearam um movimento em favor da antecipação da maioria e José Martiniano de Alencar, em abril de 1840, organizou o Clube da Maioridade, cujo presidente era o deputado Antônio Carlos de Andrada.

A coroação do príncipe como imperador representava o retorno do poder moderador, que viria resolver a “crise de autoridade”.

### EXERCÍCIOS

**01.** Quais dos itens abaixo não estão relacionados à presença da família real no Brasil?

- I.* Revogação do alvará de 1785 que proibia indústrias na colônia.
  - II.* Criação da imprensa régia.
  - III.* Criação da academia de belas-artes.
  - IV.* Falência do banco do Brasil.
  - V.* O fim da guerra do Paraguai.
- a)* IV e V.
  - b)* I e II.
  - c)* II e III.
  - d)* I e V.
  - e)* III e IV.

**02.** As rebeliões regenciais tiveram participação exclusivamente das elites brasileiras?

### GABARITO

1 - A

2 - ERRADO